

1. Contexto operacional

A Cadam S.A. (Companhia ou Cadam) é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela KaMin LLC., que tem por atividade principal a extração, o beneficiamento e a comercialização de caulim, substancialmente para clientes do mercado externo.

Com escritório-sede na cidade de Belém e fábrica instalada na Vila Industrial de Munguba, Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim, Estado do Pará, a Companhia detém o controle direto da Cadam Overseas Ltd. (COL) com sede em Bermuda e Kaolin International N.V. (KISA) com sede na Bélgica.

A KISA beneficia produtos da CADAM que são comercializados no mercado Europeu pela COL. A COL atua na comercialização dos produtos da CADAM para os clientes finais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 13 de junho de 2017.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário:

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas correspondem aos saldos da companhia e suas controladas em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e estão apresentadas a seguir:

Nome	País	Negócio	Participação (%)
Cadam Overseas Ltd.	Bermuda	Comercialização de produtos	100
Kaolin International N.V.	Bélgica	Beneficiamento de produtos	100

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos junto às controladas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócio entre as empresas controladas.

(b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As subsidiárias da Companhia possuem moeda funcional de acordo com suas origens: KISA moeda funcional o Euro e COL moeda funcional o Dólar Americano, sendo convertidas para Reais, na data de encerramento do exercício.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Instrumentos financeiros – empréstimos e recebíveis

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como ativo circulante exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas, outros ativos, e empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas.

(f) Contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente à um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de exploração da lavra (matérias-primas), mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos gastos gerais de fabricação (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de

realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

(h) Redução do valor recuperável de ativos financeiros(teste de impairment)

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O encargo de Imposto de Renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos; entretanto, não há tributos diferidos em 31 de dezembro de 2016 uma vez que as exclusões temporárias suplantaram os valores das adições temporárias.

(j) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

(k) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. As taxas de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa nº 14.

A exaustão das minas e jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

(l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(m) Fornecedores

Obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso